



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública
Subsecretaria Executiva e Gestão Integrada

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INTRODUÇÃO

1.1 As atividades desenvolvidas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) têm como objetivo principal fornecer subsídios para o procedimento licitatório.

1.2 O presente **Estudo Técnico Preliminar - ETP** reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para a contratação de uma empresa especializada visando a **aquisição de microcomputadores (desktops) e computadores portáteis (notebooks), com garantia de funcionamento on-site pelo período de 60 (sessenta) meses, sendo apenas 36 (trinta e seis) meses de garantia para as baterias**, com vistas à complementar as **áreas administrativas da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP**, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.3 O **ETP** ora apresentado constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, regido e tendo por base a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação pertinente buscando estabelecer as melhores e mais vantajosas condições de aquisições para atendimento das demandas necessárias ao adequado funcionamento da **Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP**.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Em decorrência da promulgação do Decreto Estadual nº 48.838, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a nova estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública no âmbito estadual, bem como sua subsequente atualização por meio do Decreto Estadual nº 49.001, de 11 de março de 2024, restou evidenciada a necessidade urgente de suprir as demandas operacionais e administrativas desta Secretaria, com vistas a garantir a continuidade e eficiência na execução de suas funções institucionais.

2.2 A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, órgão de extrema relevância para a sociedade fluminense, desempenha função essencial na formulação, implementação e supervisão das políticas públicas de segurança. Como entidade estratégica, compete à Secretaria coordenar, em consonância com as diretrizes legais e constitucionais, a atuação das forças policiais no cumprimento do dever de preservação da ordem pública, visando à garantia da integridade física e patrimonial dos cidadãos, bem como à proteção dos direitos fundamentais.

2.3 Ademais, cabe à Secretaria atuar de maneira integrada com outras esferas de governo e órgãos públicos, de forma a assegurar a efetividade das políticas de segurança, sempre observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam a Administração Pública. Dessa maneira, reforça-se o compromisso com a segurança, a transparência e a prestação de serviços de qualidade à população do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 A Secretaria de Estado de Segurança Pública, em sua missão de garantir a segurança e a ordem pública, necessita de ferramentas tecnológicas robustas e confiáveis. A aquisição de notebooks e microcomputadores (desktop) é fundamental para o bom funcionamento das operações diárias do órgão. Os microcomputadores e notebooks serão utilizados para uma variedade de funções, incluindo, mas não se limitando a, processamento de dados, comunicação interna e externa, gestão de recursos, planejamento estratégico e operacional, e treinamento de pessoal. Eles também serão essenciais para a implementação de novas tecnologias e sistemas de informação que visam melhorar a eficiência e eficácia das operações de segurança.

2.5 Atualmente, os funcionários da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP vem operando com os equipamentos desktops emprestados pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ. Essa situação temporária, apesar de viabilizar o andamento de atividades essenciais, apresenta desafios que impactam diretamente a eficiência e a continuidade dos serviços prestados pela SESP.

2.6 Os equipamentos atualmente em uso, não possuem, em sua maioria, todos os recursos para atender à demanda tecnológica necessária para o desempenho das funções críticas da Secretaria. Além disso, a dependência de equipamentos emprestados limita a autonomia da SESP, uma vez que estamos sujeitos a eventuais necessidades de

atendimento e suporte por parte da PCERJ, o que pode comprometer a continuidade dos trabalhos, especialmente em momentos de urgência.

2.7 Com equipamentos próprios, modernos e adequados às demandas atuais, será possível otimizar o tempo de resposta, reduzir interrupções causadas por falhas técnicas e garantir um fluxo de trabalho mais eficiente e produtivo.

2.8 Embora o investimento inicial seja significativo, a aquisição de computadores próprios é uma medida que reduzirá custos com manutenções, uma vez que os equipamentos contarão com garantia de 05 (cinco) anos, pelo fabricante e com suporte on-site (no local).

2.9 Dessa forma, concluímos que a aquisição de novos computadores é fundamental para a continuidade dos serviços prestados pela SESP, assegurando a qualidade, eficiência e segurança das operações que são essenciais para a segurança pública do estado.

2.10 Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA

2.10.1 A contratação pretendida está alinhada ao **Plano de Contratações Anuais - PCA 2024/2025**, da **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - SESP**, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade do respectivo projeto.

PCA 2024	
ID DFD	260200/2025/00023
ID's do SIGA	190122; 190121; 190187.

3 - DEMANDANTE

3.1 **ÁREA REQUISITANTE:** Assessoria Especial de Planejamento e Gestão - ASSPLAG

3.2 **RESPONSÁVEL:** Fabrício Fernandes da Silva Moça, ID Funcional: 3221003-5

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da Análise do Cenário Externo

4.1.1 A obsolescência tecnológica dos equipamentos e a escassez de suprimentos na Secretaria de Estado de Segurança Pública comprometem a eficiência operacional e a capacidade de inovação da Secretaria, tendo em vista que grande parte dos dispositivos encontra-se em fase final de vida útil, apresentando incompatibilidade com novas tecnologias e limitações no processamento de dados. A continuidade dessa situação prejudica diretamente o desempenho das atividades de segurança pública, impactando negativamente a execução de suas funções essenciais e a eficácia das operações, bem como, nosso corpo tecnológico é sedido da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM.

4.1.2 Ademais, a defasagem tecnológica representa um risco significativo à segurança das informações institucionais, especialmente diante da crescente evolução das ameaças cibernéticas, bem como da possibilidade de falhas operacionais nos equipamentos críticos. Para atender ao aumento das demandas operacionais da Secretaria e garantir a integridade e eficiência de suas atividades, é imprescindível a ampliação da capacidade de processamento e armazenamento, a modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, e o aprimoramento dos mecanismos de transmissão de dados e suporte logístico. Essas medidas visam assegurar a sustentabilidade dos serviços prestados à sociedade fluminense e a eficácia das ações de segurança pública.

4.2 Requisitos de Negócio da Solução

4.2.1 A solução a ser adotada deverá ser capaz de manter o parque computacional da Secretaria funcionando e atualizado, recompor a reserva técnica desta Secretaria, além de prover a secretaria, subsecretarias e coordenadorias equipamentos que possibilitem a realização das atividades operacionais e administrativas.

4.3 Requisitos Legais da Solução

4.3.1 A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

4.3.1.1 Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

4.3.1.2 Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

4.3.1.3 Decreto Estadual nº 48.322 de 13 de janeiro de 2023: Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo, adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública estadual, nas categorias de qualidade comum e de luxo;

4.3.1.4 Decreto nº 48.760/2023: Implementa o Plano de Contratações Anual - PCA e institui o Sistema PCA RJ, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional;

4.3.1.5 Decreto Estadual 48.816/2023, Regulamenta a fase preparatória das contratações, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional;

4.3.1.6 Decreto nº 48.778 de 30 de outubro de 2023: Regulamenta as licitações pelos critérios de julgamento por menor preço ou por maior desconto, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional;

4.3.1.7 Decreto nº 48.817 de 24 de novembro de 2023: Regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.3.1.8 Instrução Normativa SLTI/MP nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

4.3.1.9 Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PEDTIC;

4.3.1.10 Nota técnica SGE TCE-RJ nº 06/2023, que orienta os jurisdicionados do TCE-RJ acerca da realização do planejamento para aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação (TI) visando a atender ao princípio da economicidade;

4.3.1.11 Decreto Estadual 43.629/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências.

4.4 Requisitos Gerais da Solução

4.4.1 Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório;
- Oferecer à comunidade institucional equipamentos com ergonomia;
- Oferecer à comunidade institucional equipamentos com critérios de sustentabilidade.

4.5 Requisitos Legais da Contratação

4.5.1 A CONTRATADA deve cumprir com as normas e regulamentações brasileiras aplicáveis, visando garantir a qualidade, segurança e conformidade dos produtos. Entre os principais padrões e regulamentos que devem ser observados, incluem-se:

- **Certificação INMETRO:** O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) é responsável por estabelecer regulamentos de segurança e eficiência energética para produtos eletrônicos, incluindo computadores. A certificação INMETRO é obrigatória para produtos eletrônicos comercializados no Brasil.
- **Regulamentação da Anatel:** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regula dispositivos de comunicação sem fio, como laptops e tablets. Os dispositivos devem ser certificados pela Anatel antes de serem comercializados no Brasil.
- **Compatibilidade Eletromagnética:** Normas brasileiras relacionadas à compatibilidade eletromagnética (EMC) são importantes para garantir que os computadores não causem interferências prejudiciais em outros dispositivos eletrônicos. Essas normas estão alinhadas com padrões internacionais, como a CISPR.
- **Segurança Elétrica:** Requisitos de segurança elétrica estão em conformidade com as normas internacionais, como a IEC 60950 (ou IEC 62368-1). Essas normas visam garantir a segurança dos

usuários em relação a choques elétricos e incêndios.

- **Regulamentação de Eficiência Energética:** O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) estabelece regulamentos de eficiência energética para produtos eletrônicos, incluindo computadores. Os produtos devem ser avaliados e rotulados com informações sobre consumo de energia.
- **Descarte de Resíduos Eletrônicos:** A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece regras para o descarte adequado de resíduos eletrônicos, incentivando a reciclagem e a gestão ambientalmente responsável desses materiais.
- **Regulamentação sobre Substâncias Perigosas:** A conformidade com a Diretiva RoHS é importante para restringir o uso de substâncias perigosas em produtos eletrônicos, alinhando-se com regulamentos internacionais.
- **Regulamentação sobre Proteção ao Consumidor:** Além das regulamentações técnicas, os fabricantes também devem seguir regulamentações de proteção ao consumidor, como o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que estabelece direitos e deveres dos consumidores e fornecedores.

4.6 Levantamento do Mercado

4.6.1 Modelo de Contratação

4.6.1.1 Neste ponto, é imperativo destacar a relevância de pesquisar e identificar as soluções que possam atender de forma satisfatória as demandas desta Secretaria, assegurando o alinhamento com os princípios e normas que regem a Administração Pública.

4.6.1.2 Dessa forma, ao realizar uma análise abrangente do panorama do mercado, observou-se que, no contexto das soluções voltadas à microcomputadores e notebooks para as atividades dos servidores, o mercado costuma adotar ao menos dois modelos principais para a execução desse serviço. São eles:

a) Aquisição de Microcomputadores e notebooks com garantia on-site de 60 (sessenta) meses

A aquisição de microcomputadores e notebooks com garantia on-site traz uma solução eficiente para a administração pública, permitindo a compra de equipamentos com uma garantia de cinco anos, por exemplo, onde qualquer falha técnica seria resolvida diretamente nas instalações da Secretaria por técnicos especializados da empresa fornecedora (contratada). Isso assegura que os problemas técnicos sejam resolvidos rapidamente, sem a necessidade de enviar os dispositivos para reparos externos, garantindo a continuidade das operações críticas da Secretaria, que demandam alta disponibilidade de sistemas devido à sua natureza de segurança pública.

Entre as principais vantagens desse modelo está a redução do tempo de inatividade, uma vez que a assistência técnica ocorre no local, o que agiliza o processo de reparo. Além disso, a presença de um suporte especializado permite que os equipamentos sejam reparados com eficiência, mantendo a operação estável e minimizando interrupções. Durante o período de garantia, não haveria custos adicionais com reparos, o que torna o controle de despesas previsível.

Por outro lado, o custo inicial dessa aquisição seria elevado, pois a inclusão da garantia on-site geralmente encarece os equipamentos. Outro ponto a ser considerado é o risco de obsolescência tecnológica, já que os equipamentos se tornam propriedade da Administração Pública e podem não acompanhar as rápidas evoluções tecnológicas, principalmente em áreas que exigem alta performance. Portanto, embora o valor inicial seja alto, os benefícios de suporte e redução de downtime podem justificar essa escolha, principalmente para assegurar a continuidade das operações da Administração.

Para corroborar o supracitado acima, foi realizada uma estimativa preliminar dentre as soluções de aquisição, conforme abaixo:

SOLUÇÃO DE AQUISIÇÃO			
Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário Estimado	Investimento Total Estimado
MicroComputador (desktop) do Tipo Intermediário com 2 (dois) monitores	68	R\$ 9.052,00	R\$ 615.536,0000
MicroComputador (desktop) do Tipo Avançado com 2 (dois) monitores	10	R\$ 11.286,00	R\$ 112.860,0000
Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado	10	R\$ 11.619,00	R\$ 116.190,0000
TOTAL GERAL ESTIMADO			R\$ 844.586,0000

Ressalto que os preços estimados unitários de aquisição foram obtidos através do preço de lista disponível no site do fabricante DELL (www.dell.com.br) de equipamentos que atendem por completo cada um dos itens estimados, com garantia de 60 meses. Os preços de lista são acessíveis ao público em geral, enquanto que os preços estimados unitários de locação foram obtidos através de médias e medianas de contratos estabelecidos por órgãos públicos em configurações similares.

b) Aquisição de Microcomputadores e notebooks sem garantia e manutenção

No cenário de aquisição de microcomputadores e notebooks sem garantia e manutenção, a Secretaria compraria os equipamentos por um custo inicial mais baixo, sem a cobertura de uma garantia associada. Nesse modelo, a Secretaria seria responsável pela gestão total da manutenção, o que significa que, em caso de problemas técnicos, a solução dependeria dos recursos internos da equipe de TI ou da contratação de serviços de reparo de terceiros.

Esse cenário tem como principal vantagem o custo inicial reduzido, sendo uma opção mais acessível em termos de investimento inicial. Além disso, a Secretaria teria total controle sobre os processos de manutenção, podendo escolher livremente os prestadores de serviço, o que permitiria uma certa flexibilidade no controle dos gastos ao longo do tempo. No entanto, essa aparente economia inicial pode ser prejudicada pelo surgimento de custos imprevistos relacionados a falhas técnicas frequentes ou graves, além de possíveis períodos de inatividade prolongados, caso os reparos demorem.

Outro ponto desfavorável é a imprevisibilidade dos custos de manutenção. Sem uma garantia, a Secretaria pode se deparar com aumentos significativos nos gastos operacionais, o que tornaria o controle orçamentário mais complexo. Além disso, a ausência de suporte técnico imediato pode comprometer a eficiência operacional em situações críticas, uma vez que os reparos podem demorar mais tempo, impactando diretamente a continuidade das atividades. Assim, esse modelo exige que se tenha uma estrutura de TI robusta e esteja preparada para lidar com a variabilidade de custos operacionais ao longo do tempo.

c) Locação de Microcomputadores e notebooks

A locação é uma alternativa que oferece flexibilidade e previsibilidade de custos. Com a locação, a SESP paga uma taxa mensal ou trimestral e recebe equipamentos novos ou semi-novos, com garantia e suporte técnico incluídos. Ao término do contrato, os equipamentos podem ser substituídos por modelos mais novos, evitando a obsolescência tecnológica.

A locação de microcomputadores e notebooks apresenta uma alternativa interessante para a Secretaria, oferecendo maior flexibilidade e previsibilidade de custos. Nesse cenário, a Secretaria pagaria uma taxa periódica, seja mensal ou trimestral, para utilizar os equipamentos durante um período de contrato, geralmente de 36 meses. O valor pago incluiria serviços de suporte técnico e garantia, eliminando a necessidade de custos adicionais com manutenção e reparos, o que facilita o planejamento financeiro.

A principal vantagem da locação é a previsibilidade dos gastos, uma vez que o custo da locação é fixo, permitindo que a Secretaria tenha uma melhor gestão orçamentária. Além disso, a locação permite que os equipamentos sejam substituídos ao final do contrato, garantindo que a instituição sempre utilize tecnologia atualizada, o que evita o risco de obsolescência tecnológica. Outro ponto positivo é o suporte técnico já incluso, o que reduz a carga de trabalho interna e minimiza o tempo de inatividade em caso de falhas.

Porém, a desvantagem é que, ao final do contrato, a Secretaria não terá posse dos equipamentos, o que pode resultar em uma dependência contínua de contratos de locação. Além disso, apesar de o custo inicial ser menor do que uma aquisição, a longo prazo, o valor total gasto com a locação pode superar o custo de compra dos equipamentos.

Para corroborar o supracitado acima, foi realizada uma estimativa preliminar dentre as soluções de locação, conforme abaixo:

ÓRGÃO	PRODERJ	
PROCESSO	SEI-150016/001149/2022	
OBJETO	Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE OUTSOURCING DE EQUIPAMENTOS DO TIPO COMPUTADORES (DESKTOPS), NOTEBOOKS E MONITORES DE VÍDEO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE ENTREGA, GARANTIA, MANUTENÇÃO, GERENCIAMENTO, SEGURO E LOGÍSTICA REVERSA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, LIMITADA A SESSENTA MESES.	
FORNECEDOR	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E	
VALOR UNIT	R\$ 211,0000	Computador (desktop) do Tipo Intermediário
QUANTIDADE	68	

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 14.348,000	
VALOR UNIT	R\$ 255,0000	
QUANTIDADE	122	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 31.110,0000	Computador (desktop) do Tipo Avançado
VALOR UNIT	R\$ 278,0000	
QUANTIDADE	40	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 11.120,0000	Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado
VALOR UNIT	R\$ 75,0000	
QUANTIDADE	38	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 2.850,0000	Monitor de 21,5"

ÓRGÃO	FSERJ - FUNDAÇÃO SAÚDE DO EST. DO RIO DE JANEIRO	
PROCESSO	SEI-080007/017775/1/2022	
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de outsourcing de equipamentos do tipo computadores desktops notebooks e monitores de vídeo incluindo os serviços de entrega garantia do material manutenção gerenciamento seguro e logística necessário ao pleno funcionamento da solução baseados em níveis mínimos de serviços	
FORNECEDOR	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E	
VALOR UNIT	R\$ 211,0000	
QUANTIDADE	1740	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 367.140,0000	Computador (desktop) do Tipo intermediario
VALOR UNIT	R\$ 255,0000	
QUANTIDADE	575	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 146.625,0000	Computador (desktop) do Tipo Avançado
VALOR UNIT	R\$ 278,0000	
QUANTIDADE	41	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 11.398,0000	Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado
VALOR UNIT	R\$ 75,00	
QUANTIDADE	470	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 35.250,00	Monitor 21,5"

ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS/SP	
CONTRATO	N.º 00167/2023	
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PROVIDA PELA LOCAÇÃO DE HARDWARE E SISTEMAS OPERACIONAIS MS-WINDOWS 11 PROFISSIONAL 64BITS OU SUPERIOR, DEMAIS PERIFÉRICOS E CABOS QUE POSSIBILITEM O USO DOS EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO HARDWARE E COMPONENTES PERIFÉRICOS.	
ID PNCP	13864377000130-2-000029/2023	
FORNECEDOR	SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA	
VALOR UNIT	R\$ 672,12	Microcomputador (desktop) do Tipo intermediario
QUANTIDADE	15000	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 10.081.800,0000	
VALOR UNIT	R\$ 1.056,60	Microcomputador (desktop) do Tipo Avançado
QUANTIDADE	6000	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 6.339.600,0000	
VALOR UNIT	R\$ 1.320,00	Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado
QUANTIDADE	2000	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 2.640.000,0000	
VALOR UNIT	R\$ 261,48	Tela (monitor) 22"
QUANTIDADE	21000	
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 5.491.080,0000	

SOLUÇÃO DE LOCAÇÃO				
Item	Quantidade Estimada (A)	Preço Unitário Estimado Mensal (B)	Tempo de Contrato (C)	Investimento Total Estimado da Solução de Locação ((A*B)*C)
Microcomputador (desktop) do Tipo Intermediário com 2 telas	68	R\$ 364,7066	12	R\$ 297.600,5856
Microcomputador (desktop) do Tipo Avançado com 2 telas	10	R\$ 522,2000	12	R\$ 62.664,0000
Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado	10	R\$ 625,3333	12	R\$ 75.040,0000
TOTAL GERAL ESTIMADO				R\$ 435.304,5856

4.6.2 Descrição da Solução

4.6.2.1 Aquisição de microcomputadores e notebooks com garantia on-site de 60 (sessenta) meses para atender, de forma ampla, a demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

4.6.3 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

4.6.3.1 Não se verificam contratações interdependentes ou correlatas a esta.

4.6.4 Parcelamento do Objeto

4.6.4.1 Em estrita observância aos princípios da legalidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública, e visando promover a mais ampla participação de interessados no certame licitatório, sem prejuízo dos benefícios inerentes à economia de escala, deliberou-se pela divisão do objeto licitado em **três itens distintos agrupados em um lote único**.

4.6.4.2 Ademais, a adjudicação do objeto deverá observar a modalidade por itens ou lotes, em conformidade com o entendimento consubstanciado na Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que preceitua:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

4.6.4.3 No que tange ao processo licitatório por itens, tem-se que o objeto do certame é segmentado em partes específicas e autônomas, o que favorece o incremento da competitividade, uma vez que permite a participação de diversos fornecedores especializados em cada item. De outra banda, no processo licitatório por lote, o objeto é consolidado e ofertado por preço global, restringindo-se a participação aos fornecedores que detêm capacidade técnica para atender integralmente a contratação, o que pode, por consequência, limitar a participação de pequenos fornecedores.

4.6.4.4 A definição dos itens a serem licitados decorreu de análise técnica criteriosa, considerando, dentre outros fatores, a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos e o perfil de utilização dos equipamentos. Tais aspectos foram sopesados em estrita consonância com as necessidades operacionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), de modo a assegurar o aproveitamento otimizado das soluções ofertadas no mercado, sempre em atendimento ao interesse público.

4.6.4.5 Cumpre ressaltar que a estratégia adotada busca, ainda, resguardar a economia de escala, garantindo que a aquisição dos bens se dê de forma eficiente e vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, reiterando o compromisso da SESP com a transparência dos atos administrativos.

4.6.4.6 Entretanto, diante das especificidades técnicas do objeto e considerando os riscos operacionais envolvidos, entendeu-se pela **contratação por lote**, em razão da conveniência administrativa de agrupar itens que, se adquiridos separadamente, poderiam ensejar problemas técnicos e operacionais. Tal medida visa **mitigar os riscos** inerentes à multiplicidade de fornecedores, evitando a fragmentação da execução contratual e prevenindo eventuais rescisões unilaterais, que poderiam comprometer a continuidade administrativa e a eficiência dos serviços contratados.

4.6.4.7 Ante o exposto, manifesta-se pela inviabilidade do parcelamento do objeto, optando-se pelo **NÃO PARCELAMENTO** da solução, resguardando-se os interesses da Administração Pública e garantindo a adequada execução contratual.

4.6.5 Avaliação comparativa (Benchmarking)

4.6.5.1 Foram analisadas contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro – SIGA, bem como o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

4.6.5.2 Nas contratações em análises não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização da consulta pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

4.6.6 Contratações feitas no Próprio Órgão ou Entidade

4.6.6.1 Para o presente objeto, certifica-se que não houve contratação anterior.

4.6.7 Contratações feitas no Governo do Estado do Rio de Janeiro

4.6.7.1 Na pesquisa realizada no Sistema SIGA de contratações formalizadas por outros Órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com demandas similares às do objeto a ser contratado, realizada através da consulta pelos ID SIGA n.º 190122, 190121 e 190187. Contudo, não foram encontrados resultados para os IDs supramencionados, então foi necessária a pesquisa com termos, como "aquisição de microcomputadores", "microcomputadores", "notebooks", "monitor 24", gerando os resultados abaixo:

PROCESSO	ÓRGÃO	OBJETO	DATA DA CONTRATAÇÃO	ID SIGA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SEI-480001/000795/2023	SEENEMAR - SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR	Aquisição de equipamentos do tipo microcomputadores desktops notebooks e monitores de vídeo incluindo o serviço de garantia pelo período mínimo de 36 trinta e seis meses para todos os itens e 36 trinta e seis meses para baterias dos notebooks	14/12/2023	161029 (microcomputador avançado com 2 telas)	R\$ 6.532,00	R\$ 261.280,00

PROCESSO	ÓRGÃO	OBJETO	DATA DA CONTRATAÇÃO	ID SIGA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SEI-420001/002006-A/2022	SEGOV - Secretaria de Estado de Governo	Fornecimento de microcomputadores desktops e allinone e computadores portáteis notebooks com garantia de 60 sessenta meses para todos os itens do objeto e 36 trinta e seis meses para baterias dos notebooks	27/03/2023	161029 (microcomputador avançado com 2 telas)	R\$ 7.870,00	R\$ 794.628,64
				161033 (Notebook avançado)	R\$ 7.790,00	

4.6.8 Contratações similares de outros Estados e Entidades

4.6.8.1 Foram identificadas as seguintes contratações formalizadas por outros Órgãos de outros Estados e Entidade, com demandas similares às do objeto a ser contratado. A pesquisa se deu pela consulta das palavras chaves "aquisição de computador e notebook", "aquisição de computador", "aquisição de notebook", haja vista a consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CONTRATO: N.º 145/2024

ÓRGÃO: ESTADO DO MARANHÃO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

ID PNCP: 05288790000176-2-000575/2024

OBJETO: Aquisição de computadores acompanhados de dois monitores para atender demanda do Tribunal de Justiça do Maranhão.

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO COM TELA EXTRA: R\$ 7.757,00

FORNECEDOR: Hp Brasil Industria e Comercio de Equipamentos Eletroni (22.086.683/0003-46)

CONTRATO: N.º 042/2024

ÓRGÃO: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ID PNCP: 00509968000148-2-003564/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DE ALTO DESEMPENHO COM GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO ON-SITE DE 60 MESES, conforme condições e especificações contidas no Termo de referência anexo ao Edital. Itens 1 e 2 do PE 16 2023

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO COM TELA EXTRA: R\$ 9.501,00

FORNECEDOR: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA (72.381.189/0010-01)

CONTRATO: N.º 0074/2024

ÓRGÃO: ESTADO DA PARAIBA

ID PNCP: 08761124000100-2-000614/2024

OBJETO: Aquisição de 60 (sessenta) microcomputador portátil – notebook para a Polícia Militar da Paraíba

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO: R\$ 2.914,00

VALOR UNIT. NOTEBOOK AVANÇADO: R\$ 3.800,00

FORNECEDOR: DATEN TECNOLOGIA LTDA (04.602.789/0001-01)

CONTRATO: EMPENHO N.º 2024NE001201

ÓRGÃO: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA

ID PNCP: 00508903000188-2-001940/2024

OBJETO: Aquisição de Notebook padrão Lote 1 item 1, para atender a JFPG/SP - Qtde 153 unidades. Demais informações vide documento de empenho.

VALOR UNIT. NOTEBOOK AVANÇADO: R\$ 7.625,50

FORNECEDOR: TORINO INFORMATICA LTDA. (03.619.767/0005-15)

CONTRATO: EMPENHO N.º 2023NE000363

ÓRGÃO: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE

ID PNCP: 08829974000194-2-000077/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 NOTEBOOK

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO COM TELA EXTRA: R\$ 5.338,06

VALOR UNIT. NOTEBOOK AVANÇADO: R\$ 5.338,06

FORNECEDOR: 31.618.527 DANIZE CAMPOS BARBOSA (31.618.527/0001-08)

FORNECEDOR: NEW INFORMATICA LTDA (04.873.743/0001-27)

CONTRATO: EMPENHO N.º 2023NE000459

ÓRGÃO: SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

ID PNCP: 46377800000127-2-003417/2024

OBJETO: Microcomputadores Desktop com Monitor

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO: R\$ 4.579,07

VALOR UNIT. MONITOR 24": R\$ 1.137,56

FORNECEDOR: SOS MICROS COMERCIO INFORMATICA LTDA (59.773.077/0001-47)

CONTRATO: EMPENHO N.º 11161-0/2024

ÓRGÃO: 30.2024 - DIRETORIA GERAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO/SP

ID PNCP: 45685872000179-2-000621/2024

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) microcomputadores completos, 05 (cinco) monitores e 02 (duas) licenças "Microsoft Office 2021 Home and Business" para uso da Diretoria Geral de Fazenda e Orçamento.

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR AVANÇADO: R\$ 8.592,3333

VALOR UNIT. MONITOR 24": R\$ 1.950,00

FORNECEDOR: LDM OUTSOURCING LTDA (51.852.011/0001-30)

CONTRATO: N.º 132/2024

ÓRGÃO: PARANA TRIBUNAL DE JUSTICA

ID PNCP: 77821841000194-2-000636/2024

OBJETO: SOLUÇÃO TIC CONSISTENTE NA AQUISIÇÃO DE 9.000 (NOVE MIL) MICROCOMPUTADORES NO PADRÃO MINI DESKTOP, ACOMPANHADOS DE 9.000 (NOVE MIL) MONITORES DE VÍDEO COM WEBCAM, COM SERVIÇO DE ROLLOUT, SUPORTE E GARANTIA ON- SITE A TODOS OS EQUIPAMENTOS E DEMAIS COMPONENTES POR UM PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO: R\$ 5.200,00

VALOR UNIT. MONITOR 24": R\$ 1.200,00

FORNECEDOR: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA (72.381.189/0010-01)

CONTRATO: N.º 014/2024

ÓRGÃO: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPIRITO SANTO

ID PNCP: 14926751000148-2-000020/2024

OBJETO: SOLUÇÃO TIC CONSISTENTE NA AQUISIÇÃO DE 9.000 (NOVE MIL) MICROCOMPUTADORES NO PADRÃO MINI DESKTOP, ACOMPANHADOS DE 9.000 (NOVE MIL) MONITORES DE VÍDEO COM WEBCAM, COM SERVIÇO DE ROLLOUT, SUPORTE E GARANTIA ON- SITE A TODOS OS EQUIPAMENTOS E DEMAIS COMPONENTES POR UM PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.

VALOR UNIT. NOTEBOOK AVANÇADO: R\$ 5.252,45

VALOR UNIT. MICROCOMPUTADOR INTERMEDIÁRIO: R\$ 5.361,66

VALOR UNIT. MONITOR 24": R\$ 1.316,18

FORNECEDOR: REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA (65.149.197/0002-51)

4.6.9 Conclusão do Benchmarking

4.6.9.1 Em relação à estimativa preliminar de preços, considerando as propriedades da contratação e as informações constantes nas contratações similares consultadas, obteve-se uma média unitária de:

Objeto	Média - Valor Unitário
Microcomputador, tipo Intermediário, com 2 (duas) telas de 24"	R\$ 6.337,82 (seis mil trezentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos)
Microcomputador, tipo Avançado, com 2 (duas) telas de 24"	R\$ 8.570,08 (oito mil quinhentos e setenta reais e oito centavos)
Notebook, tipo Avançado	R\$ 6.904,17 (seis mil novecentos e quatro reais e dezessete centavos)

4.6.9.2 A mediana foi calculada com fundamento nos valores dos contratos vigentes, conforme descrito nos itens 4.6.8 e 4.6.9, sendo que a tabela supracitada reflete a mediana apurada para cada aquisição, a utilização da mediana se dá pela alta variação dos valores apresentados.

4.6.9.3 No que concerne a escolha da melhor solução, entende-se que atualmente, pela necessidade que esta Secretaria apresenta, o cenário que melhor se apresenta é o cenário a - Aquisição de microcomputadores e notebooks com

garantia on-site de 60(sessenta) meses, visto que se apresentou de maneira melhor devido as vantagens apresentadas na alínea a do item 4.6.1.2.

4.6.9.4 Visando gerar economia para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP e também melhora do nível do serviço prestado, o cenário (a), compra com garantia on-site de 60 meses, foi identificado como o modelo que melhor se adequou as atuais necessidades desta Secretaria.

4.6.9.6 Para a comparação dos modelos (compra e locação) foram considerados as especificações técnicas e o tempo de permanência e vida útil dos equipamentos.

COMPARAÇÃO ENTRE AS SOLUÇÕES		
VANTAGENS	COMPRA (AQUISIÇÃO)	LOCAÇÃO (OUTSOURCING)
	Acesso à tecnologia atualizada inicialmente	Atualizações tecnológicas regulares
	Sustentabilidade e eficiência energética	Desempenho ambiental e descarte seguro
	Menor custo final	Redução de custos iniciais
	Garantia de até 36 meses	Suporte por níveis de serviços adquiridos
DESVANTAGENS	Custos iniciais elevados	Custo total alto ao longo do tempo
	Obsolescência tecnológica	Cenário com pucas ofertas e concorrência
	Dependência de fornecedores	Menor controle sobre os equipamentos
	Descarte de equipamentos antigos	Complexidade em casos de rescisão

4.6.9.5 Para corroborar o suparcitado acima, foi realizada uma comparação preliminar entre as estimativas dos preços das soluções de aquisição (compra) de ativos e locação, conforme abaixo:

a) **Aquisição de Microcomputadores e notebooks com garantia on-site de 60 (sessenta) meses, nesse cenário estima-se o montante de R\$ R\$ 585.814,1811 (quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quatorze reais e dezoito centavos).**

c) **Locação de Microcomputadores e notebooks, nesse cenário estima-se o montante de R\$ 435.304,5856 (quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos) por 12 (doze) meses.**

4.6.9.7 Em uma análise mais aprofundada e meticulosa, é possível discernir que os elementos que sinalizam as vantagens inerentes a uma modalidade em comparação com outra, oferecem um meio para uma avaliação rápida e eficiente. Essa avaliação, por sua vez, subsidia uma capacidade decisória robusta, que se torna de suma importância, especialmente quando existe uma urgência premente para atender a uma necessidade específica.

4.6.9.8 Ao observar o quadro apresentado acima, é possível notar que a subjetividade inerente às diferenças pontuais entre as modalidades torna imperativo um exame objetivo dos valores que compõem os custos associados a cada uma delas. Este exame objetivo é crucial para uma compreensão clara e precisa das implicações financeiras envolvidas na escolha entre as modalidades disponíveis.

4.6.9.9 Portanto, é de extrema importância que se realize uma análise detalhada e criteriosa dos custos associados a cada modalidade. Esta análise permitirá uma compreensão mais clara das vantagens e desvantagens de cada opção, facilitando assim a tomada de decisões informadas e bem fundamentadas.

4.6.9.10 Considerando a análise das diferentes opções existentes no mercado, a equipe de planejamento da contratação entende que a solução aquisição, conforme comumente é contratado no âmbito dos órgãos públicos, é a única solução que atende em sua completude os requisitos levantados nesse estudo técnico preliminar da contratação.

4.6.9.11 A possibilidade de manter a permanência do ativo durante o período de sua vida útil torna a solução escolhida a mais econômica, sem deixar de levar em consideração os requisitos técnicos indispensáveis para a contratação. Logo, enquanto o mercado visa o retorno sobre o seu investimento e margem de lucro, a administração pública preza pela permanência, disponibilidade, celeridade, redução de esforços operacionais, custos processuais de licitação e contratação e, principalmente, evitar dar causa a transições de prestações de serviços.

4.6.9.12 Portanto, preza-se como entendimento técnico, que a compra do bem com a garantia de 5 (cinco) anos é a solução mais vantajosa.

V - ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1 O objetivo do presente estudo técnico é subsidiar a aquisição de microcomputadores, notebooks e monitores, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP.

5.2 Levando em consideração os contratos vigentes mencionados nos itens 4.6 e 4.6.7, bem como o valor preliminar estabelecido a partir da média apurada no item 4.6.9, a tabela detalhada a seguir apresenta, de forma objetiva e fundamentada, o valor estimado para a presente contratação.

OBJETO	ID SIGA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Microcomputador desktop, tipo Intermediário, com 2 (duas) telas	190122	Unidade	68	R\$ 6.337,8186	R\$ 430.971,6648
Microcomputador desktop, tipo Avançado, com 2 (duas) telas	190121	Unidade	10	R\$ 8.570,0833	R\$ 85.700,8330
Notebook tipo Avançado	190187	Unidade	10	R\$ 6.904,1683	R\$ 69.041,6830
TOTAL			88	R\$ 23.253,3652	R\$ 585.814,1811

5.3 Dessa forma, o valor estimado totaliza **R\$ 585.814,1811 (quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quatorze reais e dezoito centavos)**.

VI - AUDIÊNCIA PÚBLICA

6.1 Na situação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, tendo em vista os serviços serem considerados comuns.

6.2 Nota-se que o objeto da presente contratação não alcança valor de grande vulto, conforme previsto no inciso XXII, do art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021, não sendo verificada a obrigatoriedade de sua realização, com base no §2º, do art. 54 do Decreto Estadual n.º 48.816/2023.

VII - CONSULTA AO MERCADO

7.1 Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas

7.1.1 Na forma da legislação supracitada, bem como de reiterado nos Pareceres da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, que culminou na publicação do Enunciado PGE nº 33, os requisitos elencados nos artigos 48 c/c 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e artigos 6º e 9º do [Decreto Estadual nº 42.063/2009](#), devem ser observados, cumulativamente, na fase interna da licitação, senão vejamos:

Enunciado nº 33 - PGE:

1. As contratações públicas estaduais de bens, serviços e obras destinadas exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas deverão obedecer aos artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e pelo Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009.
2. Poderão participar das licitações exclusivas a que se refere o item 1 as microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
3. Os seguintes pressupostos deverão ser observados, cumulativamente, na fase interna dessas licitações, consoante os arts. 48, inciso I c/c 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123, de 2006 e arts. 6º e 9º do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009:
 - a) valor estimado de cada item de contratação não superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
 - b) constatação de haver, pelo menos, 3 (três) fornecedores, presumíveis competidores, beneficiários deste regime sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - c) verificação da vantajosidade para a Administração Pública Estadual, que deve ser aferida pelo valor estabelecido como referência da contratação, ou seja, pela pesquisa de preços;
 - d) não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - e) atingimento dos objetivos fixados pelo art. 1º, do Decreto nº 42.063, de 2009, sendo esta uma presunção relativa, que poderá ser refutada por justificativa formalmente apresentada pelo órgão responsável pela contratação.

7.1.2 No presente procedimento, verificamos que não há o preenchimento dos requisitos objetivos

cumulativos que norteiam a aplicabilidade dos dispositivos supracitados e, por consequência, não configura vantagem para a Administração Pública Estadual.

7.1.3 Pelo exposto, sugere-se a não reserva de cota e não direcionamento à exclusividade para Micro e Pequenas Empresas, pois trata-se de contratação destinada a ampla concorrência, uma vez que o valor da contratação é superior ao montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) reservado exclusivamente à participação de micro e pequenas empresas – ME/EPP, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006.

VIII - DESENHO DA SOLUÇÃO

8.1 Descrição da Solução

8.1.1 A contratação pretendida para Aquisição de microcomputadores (desktops) e computadores portáteis (notebooks), com garantia de funcionamento on-site pelo período de 60 (sessenta) meses, sendo apenas 36 (trinta e seis) meses de garantia para as baterias, conforme especificações e exigências estabelecidas neste documento e no Termo de Referência.

8.2 Identificação dos Itens, Quantidades e Unidades

LOTE	ITENS	OBJETO	ID SIGA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
01	01	Microcomputador desktop, tipo Intermediário	190122	Unidade	68
	02	Microcomputador desktop, tipo Avançado	190121	Unidade	10
	03	Notebook tipo Avançado	190187	Unidade	10

8.3 Local

8.3.1 O local de entrega ocorrerá na Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, na Diretoria Geral de Administração e Finanças - DGAF, localizado na Rua Carmo Neto, s/n, 3º andar - Bairro: Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-051.

8.4. Definição da Natureza do Objeto

8.4.1 O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata inciso XIII, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

8.5. Processamento do Procedimento

8.5.1 O art. 28 da Lei Federal 14.133/2021 traz as seguintes modalidades de licitação:

- Art. 28. São modalidades de licitação:
- I - pregão;
 - II - concorrência;
 - III - concurso;
 - IV - leilão;
 - V - diálogo competitivo.

8.5.2 A modalidade pregão é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

8.5.3 A utilização do meio eletrônico para a condução do pregão traz consigo a celeridade e a simplificação dos procedimentos licitatórios. A virtualização do pregão permite a realização de etapas como a abertura das propostas e a fase de lances de forma mais ágil e eficiente, reduzindo o tempo total do processo e, consequentemente, os custos administrativos e garantindo a lisura do processo.

8.5.4 Outro aspecto relevante é a transparência inerente ao pregão eletrônico. Todos os atos do

procedimento licitatório são realizados no SIGA e ficam registrados de forma acessível no SEI-RJ, permitindo amplo controle e fiscalização por parte dos órgãos de controle interno e externo, bem como pela sociedade. Tal característica fortalece a confiança no processo licitatório e inibe práticas ilícitas, contribuindo para a integridade da administração pública.

8.6 Critério de Julgamento

8.6.1 Conforme estabelecido no inciso XLI, artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, os critérios de julgamento para o pregão são definidos como segue:

Artigo 6º Para os propósitos desta Lei, são considerados:

[...]

XLI - Pregão: modalidade de licitação compulsória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

8.6.2 É imperativo indicar qual critério de julgamento será adotado para a avaliação, comparação e julgamento das propostas dos licitantes, levando em consideração a modalidade de contratação definida no item 8.5 deste Estudo Técnico Preliminar.

8.6.3 As diretrizes estabelecidas no Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023, que regulamenta as licitações pelos critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, também prevêem os critérios para o Pregão. No caso do objeto em questão, o critério que melhor atende às necessidades é o de **MENOR PREÇO**.

8.7 Regime de Execução

8.7.1 O regime de execução a ser utilizada será Empreitada por Preço Global, que vem definido no inciso XXIX do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 da seguinte maneira

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIX - **empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;**

[...](grifo nosso)

8.8 Forma de Execução

8.8.1 O objeto contratual será executado somente após a assinatura do contrato, em estrita conformidade com a comunicação formalizada pela Comissão de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como pelo Preposto da CONTRATADA.

8.8.2 Os bens deverão ser **entregues em até 60 (sessenta) dias corridos, a partir da emissão da autorização de fornecimento**, nos locais indicados pelo CONTRATANTE.

8.8.3 O fornecimento dos equipamentos abrange o transporte do material desde o endereço de origem da CONTRATADA até o local de recebimento, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo ser realizado em veículo adequado, acondicionado em embalagens protetoras lacradas e devidamente identificadas para facilitar o recebimento.

IX - HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos, conforme artigo 66 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;

b) registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;

d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº

10.406, de 2002 (Código Civil Brasileiro), deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do art. 18 da Lei nº 5.764, de 1971, em se tratando de sociedade cooperativa.

9.2 Para fins de comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.1.1) O fornecedor poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o fornecedor esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.3 Qualificação econômico-financeira

9.3.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme artigo 69 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

9.3.1.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

9.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

9.3.1.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.3.1.3.1 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.3.1.3.2 Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

9.3.1.3.3 Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

9.3.1.3.4 Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital;

9.3.1.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índice de Liquidez Geral: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1$$

b) Índice de Liquidez Corrente: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > \text{OU} = 1$$

c) Solvência Geral: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1$$

9.3.1.4.1 Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.3.1.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

X - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 O(s) atestado(s) deverão demonstrar o cumprimento de um quantitativo no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens (1 a 4), considerando que trata-se de uma licitação por lote, mas todos são relevantes, em virtude do mecanismo de compras conjuntas ora adotado pela SESP e da quantidade de produtos a serem fornecidos simultaneamente.

10.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes

atestados de contratos executados de forma concomitante, resultando na comprovação de capacidade técnico-operacional de uma única contratação.

10.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados.

10.5 A motivação para os itens necessários à comprovação de aptidão técnica, bem como o percentual acima referido, se dá também em virtude da demanda em uma escala considerável. Portanto, se faz razoável a verificação de que o futuro prestador do serviço tem capacidade de atendimento compatível com a criticidade da contratação, mitigando riscos possíveis riscos.

10.6 Declaração de que a LICITANTE não oferta produtos com materiais perigosos no modelo de DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS E ADERÊNCIA AOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL que será disponibilizado como anexo do Termo de Referência;

10.6.1 A declaração se faz necessária para evitar custos futuros que causaria ao erário com o processo de correto descarte de produtos perigosos, uma vez que o quantitativo de bens ao fim do tempo de depreciação fosse atingido;

10.7 Certidão EPEAT na categoria Bronze, Silver ou Gold, comprovada através de atestados ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão de eficiência energética EPEAT no Brasil, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO ou equivalente internacional. Será admitida como comprovação também, a indicação que o equipamento consta no site <https://epeat.sourcemap.com/>;

10.8 A Comissão de Licitação, em conjunto com o Pregoeiro, poderá realizar diligências com o intuito de verificar a divergências, quando julgar necessário.

XI - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1 O objeto será recebido **POR DEMANDA, após comunicação realizada pelos fiscais de contrato e/ou gestor de bens.**

11.2 Até 5º dias útil do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

11.3 Os bens serão recebidos, de forma **sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4.1 A CONTRATADA terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para a verificação de nova conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, para posterior assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

11.5 Até 5º dias útil do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

11.6 O recebimento provisório deverá ocorrer de forma sumária, pelo gestor de bens ou pelos fiscais do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

11.6.1 Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas conforme a seguir:

- ITEM 1 - Microcomputador (desktop) do Tipo Intermediário com 2 telas: 50% (cinquenta por cento) da quantidade total a ser acordado com a Comissão de Gestão e Fiscalização;
- ITEM 2 - Microcomputador (desktop) do Tipo Avançado com 2 telas: entrega integral da quantidade total;
- ITEM 3 - Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado: entrega integral da quantidade total;

11.6.2 Na hipótese de a CONTRATADA receber pedido cuja quantidade total ultrapasse os limites definidos por ITEM, e se veja impossibilitada de atendê-los no prazo demandado, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar ao Órgão solicitação de adequação de prazos, devidamente comprovada através da apresentação das Ordens de Fornecimento de Bens, o qual deverá adequar a quantidade e/ou cronograma de entrega dos equipamentos de forma a respeitar os limites de capacidade produtiva estabelecidos no item anterior;

11.7 O recebimento definitivo deverá ocorrer, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias corridos do recebimento provisório, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

11.8 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das

responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

11.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

XII - DAS INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 Duração do Contrato

12.1.1 O prazo de vigência do Contrato é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contado da data de Publicação no Diário Oficial.

12.1.2 O prazo contratual compreende o período previsto para o fornecimento e entrega, sem prejuízo dos prazos de garantia estabelecidos no contrato. A garantia on-site terá início a contar do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do bem pela administração.

12.1.3 As políticas de garantia estendida contemplam o caráter assessorio ao núcleo do contrato e, portanto, devem ser prestadas durante os prazos estabelecidos no instrumento contratual, sob pena da Administração invocar as cláusulas do contrato, mesmo após o encerramento de sua vigência.

12.2 Reajustamento de Preços

12.2.1 Fica dispensada a aplicação de reajuste de preços, considerando que se trata de uma contratação para aquisição de bens com entrega única e vigência inferior a 12 (doze) meses, o que afasta a obrigatoriedade de sua apresentação.

12.2.2 Ademais, ressalta-se que a **dispensa do reajuste** não compromete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que os valores acordados permanecerão adequados às condições do mercado durante o período de vigência contratual.

12.3 Garantia

12.3.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21, da ordem de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, a ser restituída após sua execução satisfatória.

12.3.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

12.3.3 Caso o valor do contrato seja alterado a garantia deverá ser complementada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12.3.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

12.4 Garantia dos produtos

12.4.1 A vigência da garantia dos produtos será de 60 (sessenta) meses para os itens 1 e 2 do objeto, 36 (trinta e seis) meses para as baterias dos notebooks (item 3).

12.5 Pagamento e Prazo

12.4.1 Os bens serão pagos em **FORMA INTEGRAL E ÚNICA**s, sendo realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a data do atesto da nota fiscal.

12.4.2 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta-corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (BRADESCO), cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a assinatura do contrato.

12.4.3 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta-corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta-corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

12.4.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

12.4.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da contratada, o prazo de

30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.4.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no Termo de Referência serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

12.4.7 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

XIII - DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

13.1 A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa SLTI/MPOG, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, como também o Decreto Estadual nº 43.629/2012.

13.2 A utilização desses critérios de sustentabilidade ambiental busca prever a adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

13.3 No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na aquisição do objeto / execução dos serviços, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

13.4 A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022.

13.5 Outrossim, é essencial a adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicopoluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

13.6 Por fim, deve ser observado o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

XIV - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Para garantir a execução integral e eficaz do objeto contratado **não será admitida a subcontratação total ou parcial.**

XV - DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

15.1 Não será permitida a participação de consórcios no presente certame. É certo que a ausência de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

15.2 Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

15.3 Dessa maneira, fica vedada a participação de consócio.

XVI - DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

16.1 A participação de cooperativas de trabalho não é compatível com a natureza do objeto licitado, considerando que, conforme o art. 4º da Lei nº 12.690/2012, essas entidades têm como finalidade principal a prestação de serviços por seus associados. A comercialização de bens tecnológicos, como computadores e notebooks, exige expertise específica, capacidade logística estruturada e a prestação de garantias e suporte técnico pós-venda, obrigações que

cooperativas de trabalho, por sua constituição e finalidade, não estão aptas a desempenhar.

16.2 Trata-se de uma contratação de bens que não gera encargos trabalhistas ou previdenciários para a Administração Pública, sendo restrita à compra de equipamentos tecnológicos, sem envolver a prestação de serviços.

16.3 Por todo o exposto, **não será admitida participação de cooperativas de trabalho**, em razão da incompatibilidade entre a finalidade dessas entidades e as exigências técnicas e logísticas inerentes ao objeto contratado. Essa medida visa garantir a eficiência, economicidade e segurança jurídica do processo licitatório.

XVII - AMOSTRA OU PROTÓTIPO/ PROVA DE CONCEITO

17.1 O procedimento de avaliação das amostras será executado conforme descrito no Anexo VI - TESTE DE CONFORMIDADE.

17.2 De acordo com as características desta contratação, não haverá realização de POC.

17.3 A Comissão de Licitação, em conjunto com o Pregoeiro, poderá realizar diligências com o intuito de verificar a divergências, quando julgar necessário.

17.4 A entrega da amostra constitui requisito obrigatório no processo de contratação, cujo o não atendimento poderá ensejar a desclassificação da proposta, considerando-se a imprescindibilidade de realizar diligências. Tal exigência visa assegurar que o proponente atenda plenamente às especificações e requisitos deste Termo de Referência, permitindo à Administração verificar a adequação e conformidade do serviço ofertado em relação às necessidades previamente estabelecidas.

XVIII - INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

18.1 Nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, notadamente no § 4º do artigo 25, verifica-se a obrigatoriedade de implementação de programa de integridade pelas empresas que participem de licitações de grande vulto.

18.2 Observa-se, assim, uma consonância entre as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os preceitos estabelecidos pela Lei do Programa de Integridade do Estado do Rio de Janeiro, conforme se pode constatar na análise a seguir:

Lei Estadual 7.753/17 - Art. 1º - Fica estabelecida a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado do Rio de Janeiro, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços**, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias. **(grifo nosso)**

18.3 Verifica-se, ainda, que a presença de um Programa de Integridade na empresa pode ser utilizado como critério de desempate, conforme o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Este dispositivo prevê que, em casos de empate entre duas ou mais propostas, o quarto critério a ser utilizado para o desempate do certame será, precisamente, a existência de um programa de integridade implementado pela licitante.

18.4 Outrossim, cumpre ressaltar que a presença de um Programa de Compliance poderá ser considerada na aplicação de eventuais sanções. Nos termos do artigo 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, os responsáveis pelas infrações administrativas tipificadas na referida norma estarão sujeitos às sanções previstas, sendo que a existência de um Programa de Integridade poderá influenciar a dosimetria das penalidades, ao ser tomada em consideração na análise da conduta da empresa infratora.

Art. 156 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I) advertência;

II) multa;

III) impedimento de licitar; e

IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. (grifo nosso)

18.5 Diante do exposto, à CONTRATANTE de apresentar seu Programa de Integridade, em conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei Estadual nº 7.753/2017. Tal solicitação visa informar que a contratação em questão não atende monetariamente o valor estabelecido na Lei.

XIX - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES

19.1. Contratações Interdependentes

19.1.1 Não há contratações interdependentes.

19.2. Capacitação de Pessoal

19.2.1 Considerando a natureza do objeto e as condições da contratação, não é necessário a Contratada promover a capacitação de pessoal da Contratante.

19.3. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado

19.3.1 No momento oportuno, a Diretora da Diretoria Geral de Administração e Finanças (DGAF) procederá à indicação formal dos servidores que comporão a Comissão de Gestão e Fiscalização.

XX - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO

20.1 Nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), haja vista a obrigação da Administração em assegurar o direito fundamental de acesso à informação, tendo como regra a publicidade dos atos, daquelas que não contenham informações restritas ou sigilosas.

XXI - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(VII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

21.1 O presente estudo analisou os elementos essenciais que comporão o Termo de Referência, demonstrando a viabilidade da contratação pretendida, desde que implementadas as medidas apontadas ao longo deste documento. Ressalta-se, ainda, que os riscos inerentes à contratação são considerados administráveis, e os custos estimados se mostram compatíveis com o princípio da economicidade, o que reforça a adequação da proposta sob o ponto de vista financeiro e operacional.

21.2 Concluídas as considerações acerca do modelo de contratação mais adequado, passa-se à análise do potencial benefício do procedimento licitatório. Tal avaliação deve considerar, principalmente, o **Aumento do Poder de Barganha**, que se materializa quando o ente contratante, utilizando-se de sua capacidade de negociação, consegue obter melhores condições de oferta junto ao mercado. No âmbito estadual, isso se evidencia, por exemplo, em Pregões Eletrônicos, onde a ampliação da competição entre os licitantes tende a resultar em benefícios expressivos, tanto no que diz respeito à redução de preços quanto à melhoria da qualidade dos bens e serviços adquiridos. O estímulo à competitividade nos certames, portanto, pode gerar vantagens econômicas e qualitativas consideráveis para a Administração Pública.

21.2 A Comissão de Licitação, em conjunto com o Pregoeiro, poderá realizar diligências com o intuito de verificar divergências, quando julgar necessário.

21.3 Desta forma, entende-se ser **VIÁVEL** a contratação em comento, consoante o inciso XIII do art. 7º da IN nº 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, bem como o inciso VII, do artigo 7º do Decreto Estadual nº 48.816/2023.

Integrante Técnico:

CHRISTIAN MONTEIRO FERREIRA

ASSESSOR

ID Funcional 4347906-5

Subsecretaria Executiva e Gestão Integrada - SUBEXEC

Integrante Requisitante:

FABRÍCIO FERNANDES DA SILVA MOÇA

ASSESSOR-ESPECIAL

ID Funcional 3221003-5

Assessoria Especial de Planejamento e Gestão - ASSPLAG



Documento assinado eletronicamente por **Christian Monteiro Ferreira, Assessor**, em 27/02/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Oliveira Teixeira Lima, Diretora Geral de Administração e Finanças**, em 06/03/2025, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Fernandes da Silva Moça, Tenente Coronel**, em 07/03/2025, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milena da Rocha Asevedo, Assessora**, em 10/03/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **94098315** e o código CRC **F2FB1DD4**.